

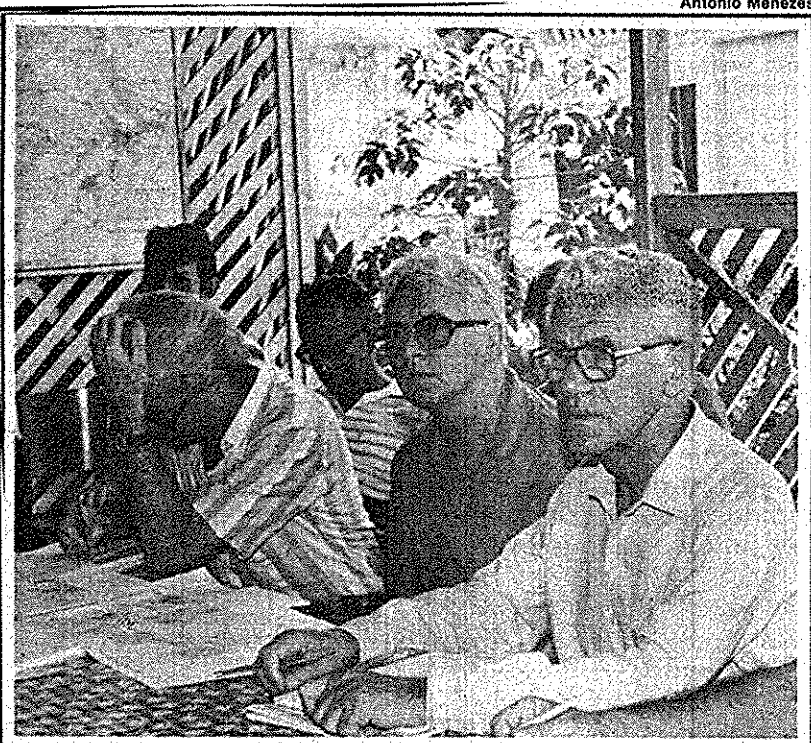
# Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *16 Crítica*

Class.: *30*

Data: *3 de Dezembro de 1986*

Pg.: \_\_\_\_\_



A Igreja está apreensiva com o "Calha Norte"

## Funai defende e Igreja acusa o Calha Norte

Sustentando que o Projeto Calha Norte é uma inspiração da Escola Superior de Guerra e, devido ao calor das eleições de novembro, antecipou-se à Constituinte, o Arcebispo do Amazonas distribuiu documento à imprensa intitulado "A Igreja frente ao Projeto "Calha Norte", onde alerta sobre possíveis riscos e distorções que afetarão as populações indígenas, as não-indígenas e a sociedade brasileira em geral. Para a Igreja,

"causa estranheza o tratamento autoritário e sigiloso da questão", no projeto. Mas, para a Funai, "o Projeto Calha Norte vai alocar à Funai recursos em torno de 47 milhões de cruzados, que irão fortalecer o órgão, dando oportunidade para seguir com sua política indigenista", conforme declarações do presidente da Funai, Romero Jucá, que visitou ontem a Superintendência Regional do órgão (Página 5).

### PROTESTO GERAL

## Projeto Calha Norte é negativo para a região

Dizendo que o "Projeto Calha Norte" é uma inspiração da Escola Superior de Guerra e que devido ao calor das eleições passada antecipou-se a constituinte, o arcebispo do Amazonas distribuiu documento à imprensa, cujo teor, "A Igreja Frente ao Projeto Calha Norte", é uma visão que reflete o pensamento da Igreja.

#### O DOCUMENTO

Não é de hoje que a Igreja na Amazônia se preocupa com um autêntico desenvolvimento para a região, dando suas sugestões e contribuições e alertando sobre possíveis riscos e distorções. Vale relembrar as "Linhas Prioritárias da Pastoral da Amazônia" de 1972 e 1975.

O fracasso de muitos projetos governamentais do passado resultou, sem dúvida, do não-atendimento desses e de outras divergências e Contribuições feitas por diversas entidades interessadas no progresso do homem na Amazônia.

Mais uma vez e no mesmo espírito, a Igreja volta a alertar a opinião pública e o governo contra conseqüências negativas inerentes ao Projeto "Calha Norte", devidas a sua caracterização e o seu próprio conteúdo.

#### CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO "CALHA NORTE"

Causa estranheza o tratamento autoritário e sigiloso da questão, enfatizada pelo documento.

O mesmo documento reafirma o objetivo fundamental de "Segurança e Desenvolvimento" que criando toda política dos governos militares, sem incorporar os princípios democráticos e participativos que deveriam fundamentar a Nova República. Repete-se assim, na prática, a característica dos tempos do regime autoritário, de marginalizar a sociedade civil, os seus legítimos representantes e o principal interessado: o povo amazônico, indígena e não-indígena, quando se trata do estudo, da elaboração e da execução de projetos.

## Presidente da Funai defende Calha Norte

"O Projeto Calha Norte vai alocar à FUNAI recursos em torno de 47 milhões de cruzados que irão fortalecer o órgão, dando oportunidade para seguir sua política indigenista". A declaração foi feita, ontem, pelo presidente da FUNAI, Romero Jucá, em visita à superintendência regional. Em entrevista coletiva à imprensa, Romero Jucá afirmou que a região amazônica é a região prioritária de gestão, sendo prova disso, a demarcação de 32 áreas indígenas nessa região.

A formação de batalhões de fronteira com a implantação do Calha Norte, na opinião do presidente da FUNAI, em nada prejudicará as áreas indígenas, pelo contrário, deverá proteger as comunidades de invasões de garimpeiros e madeireiros. Ao falar sobre o projeto, que vem sendo discutido por várias entidades ligadas aos índios, Romero Jucá afirmou que existe um mal entendido sobre a continuidade da política indigenista. Romero afirmou que recentemente manteve reunião com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e com o secretário geral do CIMI-Comissão Indigenista Missionária, em Brasília, para esclarecer que as informações de ingerência do Conselho de Segurança Nacional sobre a FUNAI não tem procedência. Romero Jucá explicou que cabe ao Conselho de Segurança Nacional a orientação sobre quais as

#### CONSEQÜÊNCIA DO PROJETO "CALHA NORTE"

1. Para as populações indígenas:

1.1 — Fortalecimento e aceleração do processo de destruição da cultura indígena e de distorção, sob o pretexto de intervenção à sociedade nacional.

1.2 — Adiantamento e/ou rejeição da medida e de demarcação das terras indígenas.

1.3 — Ameaça à saúde dos índios pelo contato indiscriminado com os "brancos", acelerando o processo de dizimação dos grupos indígenas, já verificados quando da implantação da Perimetral Norte.

1.4 — Persistência de uma política indigenista direcionada pelas Forças Armadas, à revalia dos povos indígenas.

1.5 — Inchaço administrativo da Funai, aumentando o controle sobre as comunidades indígenas, em detrimento de sua autonomia e da demarcação e regularização de suas terras.

2. Para as populações não-indígenas:

2.1 — Desperdício de recursos financeiros, materiais e humanos que deveriam ser voltados para os interesses reais da população local.

2.2 — Estímulo à migração oriundas de outras regiões sem as condições necessárias de inserção econômica e uma infraestrutura que garante atendimento à saúde e educação, representando portanto, uma verdadeira violência contra esses migrantes e renovando experiência as comprovadamente falidas.

2.3 — Destruição de formas tradicionais de exploração de solo adequadas às condições ambientais com a introdução de forma de exploração impróprias à região.

2.4 — Implantação de uma forma de desenvolvimento fictício e surgimento de povoados artificiais e instáveis com distorções das atividades econômicas e desintegração dos valores rurais e morais.

2.5 — Introdução, nas áreas de mineração, de mão de obra duramente explorada, isoladas, em sua maioria distantes de suas famílias.

2.6 — Choque cultural e conflito

entre os diversos grupos que deverão coexistir na região.

3. Para a sociedade Brasileira em geral:

Agressão ao meio ambiente e saque dos recursos naturais da região amazônica com sua entrega aos grandes grupos econômicos, em prejuízo dos legítimos detentores.

#### ATTITUDES A SEREM ASSUMIDAS

1 — Informar as lideranças indígenas e seus povos sobre o conteúdo e as conseqüências do Projeto.

2 — Apoiar as organizações indígenas, unindo-as em torno de um valor que lhes é caro: o amor à terra.

3 — Pressionar o Governo em vista à demarcação imediata das terras indígenas.

4 — Reafirmar a importância da solidariedade e presença da igreja, junto à população da região, especialmente aos índios.

5 — Informar os diversos segmentos da igreja, notadamente os bispos de outras regiões do País, inclusive reuniões específicas.

6 — Promover os debates em todos os setores da sociedade.

7 — Informar as organizações internacionais sensíveis à questão indígena.

8 — E, sobretudo, confirmar o princípio da defesa do Homem acima dos interesses econômicos.

Manaus, 02 de dezembro de 1986.

Dom Moacyr Grechi, Bispo do Rio Branco e presidente da CNBB Regional Norte I.

Dom Erwin Krautler, Bispo do Xingú e presidente da CIMI.

Dom Adalberto Dominico Marzi, Bispo do alto Solimões.

Dom Aldo Mogiano, Bispo de Roraima.

Dom Jorge Marskell, bispo de Itacoatiara.

Dom Mário Clemente Nero, Bispo de Tefé.

Dom Valter Ivan de Azevedo, Bispo coadjutor de São Gabriel da Cachoeira.

Frei Miguel Kellett, vigário geral de Santarém.

Esse aumento na estrutura da superintendência regional da FUNAI, na opinião do presidente do órgão, deverá ser suficiente para melhor atender os índios amazônicos, principalmente garantir-lhes os direitos da demarcação de suas terras.

Consciente dos problemas de conflitos entre indígenas e brancos na região amazônica, Romero Jucá afirmou que várias atitudes têm que ser tomadas para evitar estes conflitos. Primeiro, a demarcação das terras e sua real utilização, e posteriormente, a FUNAI executa o seu poder de polícia, retirando todos os invasores da área. Atitudes essas, que em sua opinião, com o fortalecimento da FUNAI-Norte poderão ser executadas a partir do próximo ano.

Comentando a prioridade de sua gestão no que se refere a demarcação das terras indígenas, Romero Jucá afirmou que em 75 anos de existência, a FUNAI demarcou 170 áreas, enquanto que em seis meses já demarcou 50. Ao ser questionado sobre os recursos necessários para demarcar todas as áreas indígenas, Romero afirmou que existe um estudo do órgão nesse sentido, estimando a necessidade de 1 bilhão e 500 milhões de cruzados. Só para demarcar 50 áreas — concluiu o presidente da FUNAI — foram necessários 55 milhões, de cruzados.

#### NORTE

Dando início ao seu projeto de fortalecer a superintendência regional da FUNAI, Romero Jucá manteve, ontem, contatos com a Universidade do Amazonas para a realização de atividades conjuntas. A Universidade cooperará com a FUNAI na área de pesquisa e assistência as aldeias, através de estudantes do Projeto Rondon, como também, cederá à FUNAI um terreno para a construção de uma melhor sede da superintendência regional.

Para o próximo ano, Romero Jucá anunciou a criação de seis administrações regionais, a ampliação do número de postos indígenas, para 21, e a maior atuação na área de saúde e educação.